

ACTA N.º 01/2007

Ao quinto dia do mês de Janeiro do ano de dois mil e sete, no edifício dos Paços do Município de Oliveira do Hospital, reuniu a Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, tendo estado presentes:

Presidente da Câmara Municipal: - Sr. Prof. Mário Américo Franco Alves

Vereadores: - Sr. Dr. Paulo Jorge Gonçalves Rocha
- Sr^a. Dra. Elsa Maria Lopes Correia
- Sr^a Dra. Maria de Fátima Gonçalves Antunes
- Sr^a Dra. Maria José de Bastos Jorge Gonçalves Freixinho
- Sr. Dr. José Francisco Tavares Rolo

JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS

A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, considerar justificada a falta do Sr. Vereador Albano Almeida à presente reunião.

ABERTURA OFICIAL DA REUNIÃO

Eram dez horas, quando o Senhor Presidente declarou aberta a reunião.

RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA

DOC. 1

Foi presente o Resumo Diário da Tesouraria respeitante ao dia 4 de Janeiro de 2007, cujo saldo disponível em receita orçamental é de 200.893,89 € (Duzentos mil, oitocentos e noventa e três euros e oitenta e nove cêntimos), conforme documento em anexo e que fica a fazer parte integrante desta acta.

1 – INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Não se encontrando presente nenhum munícipe não se registou qualquer intervenção.

2 – ANTES DA ORDEM DIA

2.1 – INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE

O Sr. Presidente iniciou a sua intervenção desejando ao Executivo um bom ano, quer em termos políticos, quer em termos pessoais.

De seguida deu conhecimento da realização do 1º Ciclo de Cinema Português, promovido pela Câmara Municipal, que terá lugar durante o corrente mês de Janeiro na Casa da Cultura, às Terças-feiras a partir das 21h30m, sendo de acesso gratuito.

Esclareceu que para além da oferta cultural que representa, este ciclo de cinema tem como finalidade inferir sobre o grau de adesão da população ao cinema Português, e sobre a viabilidade da exibição de filmes às Terças-feiras, para que não se ande sempre a discutir essa questão.

Entende que se devem proporcionar oportunidades a este nível, mas considera que se não existir adesão por parte do público não se justifica estar a onerar o orçamento municipal com despesas de forma a satisfazer um grupo de espectadores muito restrito.

2.2 – INTERVENÇÃO DA SRA. VEREADORA MARIA JOSÉ FREIXINHO

2.2.1 - ILUMINAÇÃO DA ROTUNDA SITA NA ER 231-2 – ENTRADA DA FREGUESIA DE SEIXO DA BEIRA

A Sra. Vereadora Maria José Freixinho iniciou a sua intervenção, apresentando ao Executivo votos de um Feliz Ano de 2007.

De seguida, perguntou ao Sr. Presidente para quando é que está prevista a colocação de iluminação na Rotunda existente na estrada Oliveira do Hospital/Felgueira Velha junto à entrada da freguesia de Seixo da Beira.

O Sr. Presidente reconheceu que a referida rotunda apresenta algum perigo para os automobilistas que por ali circulam, nomeadamente durante o período nocturno, tendo manifestado a sua preocupação com esta situação. No entanto, esclareceu que já há algum tempo que aguarda orçamento da EDP para a realização do referido trabalho.

2.2.2 - ESTRADA OLIVEIRA DO HOSPITAL/ FELGUEIRA VELHA

A Sra. Vereadora Maria José Freixinho questionou o Sr. Presidente se as obras que decorreram recentemente na estrada Oliveira do Hospital / Felgueira Velha, e que causaram alguns danos no pavimento, tiveram a ver com a nova conduta de água e se, independentemente, da requalificação prevista para aquela via, o pavimento iria ou não ser reposto.

O Sr. Presidente confirmou que a danificação do referido pavimento está relacionado com a empreitada adjudicada pela Águas do Zêzere e Côa para o abastecimento de água ao Seixo da Beira, Vila Franca da Beira e Ervedal da Beira, sendo que independentemente da requalificação que se pretende levar a efeito naquela via, o pavimento irá ser reposto, esclarecendo que são duas intervenções distintas.

2.2.3 - ACÇÃO SOCIAL

A Sra. Vereadora Maria José Freixinho deu conhecimento à Câmara Municipal da situação económico-social de um agregado familiar residente na área da freguesia de Seixo da Beira, tendo o Sr. Presidente referido que os Serviços de Acção Social da Câmara já tinham conhecimento desta situação, estando a proceder à sua análise a fim de averiguar da possibilidade de acolher a família em causa numa habitação social.

2.3 – INTERVENÇÃO DO SR. VEREADOR JOSÉ FRANCISCO ROLO

2.3.1 – 1º CICLO DE CINEMA PORTUGUÊS

O Sr. Vereador José Francisco Rolo iniciou a sua intervenção retribuindo ao Executivo votos de um Ano de 2007 completo de realizações autárquicas, políticas e pessoais.

De seguida, manifestou a sua congratulação pelo lançamento do 1º Ciclo de Cinema Português, referindo que é um assunto que de alguma forma já havia sido abordado em reuniões do Executivo onde, nomeadamente, sugeriu a realização de sessões de cinema durante a semana, às Terças-feiras ou Quintas-feiras, à semelhança do que fez a OH's XXI aquando da realização dos seus Ciclos.

Referiu que este era o 1º Ciclo de Cinema Português promovido pela autarquia, porque a OH's XXI já havia promovido um evento dessa natureza.

Manifestou ainda a sua satisfação pela qualidade dos filmes em cartaz, relevando o facto de as entradas serem a título gratuito, o que no seu entender torna o ciclo mais apelativo.

Tendo em conta as preocupações vertidas pelo Sr. Presidente, esclareceu que no seu entender a realização de um só ciclo de cinema não é o suficiente para aferir do gosto dos espectadores, ou do público em geral, pelo cinema português ou por qualquer outro, salientando que não é só com um ciclo de cinema que se cria o gosto e se educa o hábito de ir ao cinema, ao teatro ou a qualquer outro tipo de oferta cultural.

Disse ainda que esta experiência é de relevar, mas entende que ao longo do ano dever-se-ia repetir mais vezes para se educar o gosto pela participação em espectáculos culturais, quer sejam proporcionados pelo município, quer por outras entidades, recomendando que a programação da Casa da Cultura seja elaborada em articulação com as entidades culturais do concelho.

Sobre o assunto, a Sra. Vereadora Maria de Fátima Antunes referiu que, embora não sendo a primeira experiência do género, o 1º Ciclo de Cinema Português permitirá aferir se as pessoas estão ou não receptivas à realização de eventos durante a semana.

Referiu ainda que no caso em apreço existiu o cuidado de utilizar todo o tipo de meios para promover a divulgação desta iniciativa na área territorial do Município, de forma a fazer chegar a informação a toda a população, salientando que só no final é que poderá ser feita uma análise, que em conjunto com os resultados dos Ciclos de Cinema promovidos pela OH's XXI, permitirá obter algumas conclusões relativamente à possibilidade destas sessões virem a ser realizadas durante a semana.

O Sr. Presidente esclareceu que no seu entender a disponibilidade de filmes em DVD é hoje um dos principais factores da não adesão das populações às salas de cinema, afirmando que as novas tecnologias são ferramentas muito importantes, apresentando, na sua opinião, o aspecto negativo de "impedirem" o convívio e o diálogo entre as pessoas, uma vez que optam por ficar em casa, perdendo o hábito de sair à noite.

Em conclusão, o Sr. Vereador José Francisco Rolo afirmou que é por essa razão que é necessário investir na realização de espectáculos de forma a promover a reeducação do hábito de sair e conviver, até pelo facto de constituir um estímulo à actividade económica.

2.3.2 – ASSOCIAÇÃO ERVEDUS – ERVEDAL DA BEIRA – PROTOCOLO DE CEDÊNCIA DA ANTIGA ESCOLA PRIMÁRIA DE ERVEDAL DA BEIRA

Relativamente ao assunto em epígrafe, o Sr. Vereador José Francisco Rolo disse o seguinte:

"Estive recentemente na sede da ERVEDUS, em Ervedal da Beira, que funciona no espaço da antiga escola primária a dialogar com os dirigentes para conhecer a sua actividade e projectos futuros da instituição.

Devo realçar que entendo que é uma actividade muito interessante ao nível da animação da comunidade.

Penso que os seus dirigentes são pessoas com ideias e capacidade de organização.

Do que pude apurar têm projectos muito importantes para o futuro, quer em termos de dinamização daquele espaço quer em termos de intervenção ao nível da educação ambiental, o que é muito positivo quando assistimos a algum definimento do movimento associativo juvenil.

Como sabemos a ERVEDUS ocupa instalações cedidas pelo Município de Oliveira do Hospital, a antiga escola primária de Ervedal da Beira.

Pelo que sei, a Câmara Municipal tem conhecimento desta situação e das ideias e projectos que a ERVEDUS tem em mente.

Creio que os Srs. Vereadores da Juventude e da Cultura têm conhecimento da situação.

Em termos práticos:

A ERVEDUS tem um conjunto de actividades que quer desenvolver, ou seja, tem um projecto de desenvolvimento das suas actividades, que passa na primeira fase por dinamizar aquele espaço e numa segunda fase para fazer actividades de exterior, no domínio da educação ambiental e conservação da natureza.

Pretendem nesta primeira fase, por exemplo, criar um pequeno espaço Internet.

Pretendem ainda candidatar-se a programas nacionais e a intervenção no âmbito do QREN.

Daí que, considerando que o imóvel é do Município de Oliveira do Hospital, considerando que as actividades da ERVEDUS têm interesse para a comunidade.

Que o espaço está a ser dinamizado e colocado no serviço desta mesma comunidade, a própria ERVEDUS tem feito a conservação do edifício.

A minha proposta vai no sentido que a Câmara Municipal desbloqueie esta situação e se criem condições para que a ERVEDUS possa desenvolver as suas actividades e o Município de Oliveira do Hospital dê assim um impulso, um estímulo onde o associativismo está vivo e produtivo.”

Sobre o assunto, o Sr. Presidente informou que o processo de registo do edifício em causa a favor da Câmara Municipal ainda está a decorrer, mas que, independentemente desse procedimento, nada tem impedido a referida associação de desenvolver as suas actividades nas referidas instalações, considerando o protocolo como uma mera formalidade.

Afirmou que a Câmara não tem qualquer problema em assinar um protocolo, seja com a ERVEDUS, seja com qualquer outra instituição, sendo que no entanto, entende que deve rentabilizar-se o património já existente de modo a não repetir situações como a existente em Ervedal da Beira, onde existe um edifício inacabado, inicialmente destinado a Casa do Povo e que na sua opinião poderia ser aproveitado para esse ou outros fins.

Salientou ainda que este movimento juvenil reúne excelentes condições para, se assim entender, se agregar ou à Sociedade Recreativa Ervedalense ou à Filarmónica Ervedalense, facto que em muito reduziria o número de espaços já existentes, espaços estes que na sua opinião não estão a ser totalmente rentabilizados/ aproveitados.

Em conclusão o Sr. Vereador José Francisco Rolo referiu que é possível que haja outras instituições na freguesia que tenham ficado paradas, mas no caso em concreto, entende que se deve aproveitar a dinâmica positiva já criada e apoiar o desenvolvimento das actividades desta associação.

2.3.3 – ETAR DE PENALVA DE ALVA – PONTO DE SITUAÇÃO

Relativamente ao assunto em epígrafe, o Sr. Vereador José Francisco Rolo questionou o seguinte:

“Já há vários meses atrás, creio que no início de 2006, levantei aqui a questão do não funcionamento da recentemente construída ETAR de Penalva de Alva.

Na altura fui informado pelo Sr. Presidente da Câmara que a obra efectivamente estava concluída, mas a ETAR não estava em funcionamento, porque seria necessário instalar primeiro duas bombas elevatórias entre Penalva de Alva e o local da ETAR para que esta funcionasse. Segundo percebi os esgotos domésticos de Penalva de Alva não conseguem chegar, por falta de declive, à ETAR. Uma outra bomba junto a Caldas de São Paulo para os mesmos fins.

A questão que coloco é:

- Qual o ponto de situação do funcionamento desta nova ETAR? Já se encontra em funcionamento?

- As bombas elevatórias já foram colocadas?

- Já agora, estando a ETAR inactiva, como é feito o tratamento dos esgotos?

- Para onde vão os efluentes domésticos?

- Vão directamente para o Rio Alva?”

O Sr. Presidente esclareceu que a informação que prestou em reunião de Executivo foi que a entrada em funcionamento da ETAR em causa estava dependente da construção de uma estação elevatória em Penalva de Alva porque a das Caldas de São Paulo foi construída aquando da execução dos ramais de saneamento naquela localidade.

Mais informou que o saneamento das Caldas de São Paulo ainda não foi ligado à rede porque a ETAR de Penalva de Alva ainda não está em funcionamento.

Esclareceu depois que neste momento apenas falta construir uma estação elevatória em Penalva de Alva, junto ao Rio, obra que, segundo informação que lhe foi prestada já foi adjudicada estando para breve o início dos trabalhos tendo em vista a sua execução.

Quanto ao tratamento de esgotos referiu que nada foi alterado quanto a esta matéria, esclarecendo que continuam a ser tratados nas fossas sépticas existentes e que até à entrada em funcionamento da ETAR continuará a ser assim.

O Sr. Vereador José Francisco Rolo referiu “para além deste impasse, o drama é se os esgotos estão a correr para o Rio Alva, espero que esse risco esteja acautelado.”

2.3.4 – SOLAR PINA FERRAZ – ALDEIA DAS DEZ

Relativamente ao assunto em epígrafe, o Sr. Vereador José Francisco Rolo disse o seguinte: “Já foi por diversas vezes aqui debatida a vocação daquele espaço, particularmente no anterior mandato autárquico.

Mantenho a opinião que, considerada a inequívoca vocação turística de Aldeia das Dez, a sua qualidade paisagística e a sua localização, Aldeia das Dez tem condições para ter uma Pousada de Juventude, ou uma estrutura equiparada.

Sei também que o Sr. Presidente da Câmara defende uma vocação cultural para a ocupação do Solar.

Creio que há condições para conjugar ambas:

- O alojamento turístico jovem, num modelo de Pousada de Juventude;
- Espaço cultural para aprendizagem e mostra de artes e ofícios, num modelo de pequenos ateliers.

Como também sabemos, a reconstrução e reabilitação do Solar Pina Ferraz está inscrito nas GOP para 2007, o valor inscrito são 25.000,00 € (Vinte e cinco mil euros) para a execução do projecto de arquitectura.

Também é verdade que a sua inscrição em Plano já ocorre há, pelo menos, três mandatos autárquicos.

Neste quadro defendo que a Câmara Municipal de Oliveira do Hospital deve avançar rapidamente com a definição de uma vocação para aquele imóvel e elaborar um programa de ocupação do mesmo.

Parece-me ser fundamental dar esse passo. Tanto mais porque o Governo vai investir 30 milhões de euros na construção de sete novas Pousadas de Juventude e na reconstrução de mais nove.

Acresce o facto do QREN vir a poder dispor de meios financeiros para a reabilitação de imóveis, com fins turísticos concretos, que se auto-sustentem e criem postos de trabalho.

Objectivamente, acredito que o concelho de Oliveira do Hospital tem condições a vários níveis para ter uma Pousada de Juventude, saibamos dar os passos necessários para que esta possa ser uma realidade. Aldeia das Dez e o Solar Pina Ferraz parecem-me uma boa oportunidade para concretizar esse espaço.”

Sobre o assunto, o Sr. Presidente referiu que respeita a opinião do Sr. Vereador José Francisco Rolo mas não concorda com a criação de mais um espaço com a mesma função de outros já existentes e que não estão a ser devidamente rentabilizados/ aproveitados, citando como exemplo a Casa do “S”, em Aldeia da Dez cedida à Junta de Freguesia local, o “espaço de acolhimento de peregrinos” em Vale de Maceira, também naquela freguesia, e a Quinta da Serrana, em Ervedal da Beira, cedida ao Clube de Caça e Pesca de Oliveira do Hospital

Quanto ao Solar Pina Ferraz referiu que sempre defendeu que o mesmo fosse utilizado como um Centro de Artes, o que no seu entender ajudaria a criar um fluxo de pessoas neste espaço

e, eventualmente, noutros que estão subaproveitados através do desenvolvimento de actividades.

Reconhece que é um projecto que se encontra inscrito em Plano há três anos, mas entende que neste momento existem outras prioridades para a autarquia.

De seguida, referiu que é intenção da Câmara Municipal avançar, ainda este ano, com a venda de algumas escolas primárias do concelho que já se encontram desactivadas há vários anos, citando o exemplo das escolas de Vale Torto, São Sebastião da Feira, Caldas de São Paulo, Santo António do Alva e Vilela, considerando que já não se justifica manter este tipo de património.

Referiu que estes edifícios poderão ser transformados em habitações, se forem alienados a particulares, salientando que há necessidade de rentabilizar esse património uma vez que já não apresenta utilidade, investindo onde efectivamente seja necessário e se justifique.

O Sr. Vereador José Francisco Rolo referiu que aquilo que mais o repugna é ver instalações de grande qualidade sem qualquer utilidade pública. Relativamente à Casa do “S” referiu que o problema solucionou-se com a definição de um novo modelo de gestão para aquele espaço, por exemplo concessionando-o à gestão privada para o aproveitamento do alojamento turístico que incorpora, havendo muitas soluções possíveis.

Relativamente à venda de escolas, alertou para a importância da conservação destes espaços e de os manter, enquanto for possível, entregue às colectividades e instituições locais desde que haja interesse em lhes atribuir uma finalidade pública de interesse colectivo, reconhecendo que só em última instância é que se deve ponderar a possibilidade de alienação destes edifícios. Disse ainda que no seu entender alguns destes edifícios poderiam ser transformados em pequenos “núcleos museológicos” com a finalidade de acolher o espólio da memória colectiva existente em cada freguesia.

O Sr. Presidente esclareceu que actualmente no concelho de Oliveira do Hospital existe um conjunto de Freguesias que têm grande dificuldade em gerir os equipamentos existentes.

Sobre o assunto, a Sra. Vereadora Maria José Freixinho subscreveu as preocupações vertidas pelo Sr. Vereador José Francisco Rolo, embora entenda a perspectiva manifestada pelo Sr. Presidente.

Contudo, e relativamente ao edifício da escola de São Sebastião da Feira, sugeriu que a mesma fosse cedida à CAULE, como edifício de apoio à recém criada ZIF do Alva e Alvôco, ao que o Sr. Presidente informou que para esse efeito já havia reservado o edifício da escola primária da Ponte das Três Entradas, caso aquela entidade formalize o pedido à Câmara Municipal, reiterando que apenas serão alienadas escolas em localidades em que não se preveja a sua utilização com fins de interesse colectivo da comunidade.

2.3.5 – PARQUES INFANTIS DO CONCELHO

Relativamente ao assunto em epígrafe, o Sr. Vereador José Francisco Rolo disse o seguinte:

“Vieram a público, novamente, algumas notícias relativamente à fiscalização de Parques Infantis, quer da parte do Instituto de Desportos de Portugal quer dos Municípios. Mais uma vez, é registado o facto de haver um conjunto de equipamentos para uso de crianças, em mau estado, que não cumpre a legislação em termos de segurança e qualidade, nomeadamente ao nível dos equipamentos e ao nível do piso.

Eu já aqui abordei esta questão há meses atrás, reforço a recomendação. Acho que a Câmara Municipal deve continuar a investir na requalificação e na manutenção dos Parques Infantis, deve reforçar a fiscalização do seu estado, nomeadamente quanto ao cumprimento das regras de segurança, qualidade dos equipamentos e do próprio espaço e bem assim quanto ao seguro destes, quer nos públicos quer nos privados. A Câmara Municipal deve, acima de tudo, continuar o processo de requalificação dos Parques Infantis, apoiando as entidades públicas ou Juntas de Freguesia na requalificação desses mesmos espaços e investir fundamentalmente naqueles que existem nas localidades onde há crianças e, nesse aspecto chamava a atenção para a necessidade de requalificar o Parque Infantil da cidade e de o modernizar fazendo-o cumprir todos os requisitos a que a Lei obriga.”

Sobre o assunto, o Sr. Presidente referiu que como é do conhecimento do Sr. Vereador José Francisco Rolo, ainda recentemente foram atribuídos diversos subsídios, com base em projectos e estimativas de custos elaborados pelos Serviços da Câmara Municipal, para a requalificação de um conjunto de Parques Infantis.

Esclareceu ainda que neste momento os mesmos Serviços estão a trabalhar no sentido de avaliar outros parques infantis para posterior elaboração dos respectivos projectos, em conformidade com as regras de segurança impostas, e que em função disto trará ao Executivo propostas a fim de se subsidiarem as respectivas Juntas de Freguesia para que estas possam desenvolver esta tarefa da melhor forma possível.

2.3.6 – TRANSPORTES COLECTIVOS

Relativamente ao assunto em epígrafe, o Sr. Vereador José Francisco Rolo questionou o seguinte:

“Recentemente deu-se o segundo passo da aplicação da Lei dos Transportes Colectivos de Crianças. No dia 27 de Dezembro de 2006 avançou a necessidade do licenciamento da actividade do Transporte Colectivo de Crianças em automóveis ligeiros. No dia 18 de Dezembro já tinham entrado em vigor as novas regras para os autocarros.

Questiono se foram contactados todos os operadores no sentido de chamar a atenção para o cumprimento destas regras, de forma a sensibilizá-los para que têm de estar devidamente credenciados e cumprir todas as exigências ao nível da segurança, dos licenciamentos e das questões que têm a ver com a situação profissional uma vez que prestam serviço público a crianças e, sendo um serviço contratado com o município devem obedecer ao cumprimento estrito de toda a legislação.”

O Sr. Presidente, à semelhança do que já havia informado em anteriores reuniões, esclareceu que os responsáveis pelos transportes públicos, privados, em Táxi e municipais, foram devidamente alertados para a necessidade do cumprimento de todas as regras de segurança impostas pela nova legislação.

3 – ORDEM DIA

3.1 – COMISSÃO MUNICIPAL DE TOPONÍMIA DA FREGUESIA DE SÃO GIÃO – DENOMINAÇÃO DE ARRUAMENTO

G.D.E.S./Proc.10/DOC.2

Foi presente, pelo Sr. Presidente a acta da reunião da Comissão Municipal de Toponímia da Freguesia de São Gião, que se realizou no passado dia 23 de Dezembro de 2006, que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta, tendo aquele responsável procedido à leitura integral da mesma.

Atendendo ao parecer favorável da Comissão Municipal de Toponímia da Freguesia de São Gião e nos termos da alínea a) do artigo 3º do Regulamento Municipal sobre Toponímia e Numeração de Polícia do Concelho de Oliveira do Hospital, a Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, aprovar a denominação da RUA DO MORTOLVO solicitada pela respectiva Junta de Freguesia.

Mais deliberou dar conhecimento do conteúdo desta alteração, agora aprovada, à Conservatória do Registo Predial de Oliveira do Hospital, à Repartição de Finanças deste concelho, bem como aos CTT – Correios de Portugal, em conformidade com o disposto no artigo 17º do Regulamento já referido.

3.2– PROGRAMA DE ESTÍMULO À OFERTA DE EMPREGO (IEFP) – EMISSÃO DE PARECER – ELIETE ROSA DE MAGALHÃES CARDOSO

G.D.E.S/Proc. 42/3

Foi presente pelo Sr. Presidente o ofício nº 023/ILE/06, de 28 de Dezembro de 2006, remetido pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional, solicitando o parecer da Câmara Municipal sobre o contributo, para a dinamização da economia local, do projecto de Iniciativa

Local de Emprego promovido por Eliete Rosa de Magalhães Cardoso, cujo objecto de actividade a desenvolver consiste na gravação e impressão de placas sinaléticas e de brindes publicitários, duplicação de chaves, bem como produção de convites e de carimbos.

A Câmara Municipal, nos termos do nº 2 da alínea a) do artigo 24º do Capítulo III da Portaria nº 196-A/2001, de 10 de Março, republicada pela Portaria nº 255/2002, de 12 de Março e de acordo com a informação do Gabinete de Desenvolvimento Económico e Social deliberou, por todos os membros presentes, dar parecer favorável.

3.3 – RECLAMAÇÃO RELATIVA A COBRANÇA INDEVIDA DE TAXA DE CONSERVAÇÃO DE ESGOTOS – PAULO JORGE COELHO PIEDADE FIDALGO

D.A.G.F./Proc. 47/7

O Sr. Presidente deu conhecimento à Câmara Municipal de uma reclamação apresentada pelo Sr. Paulo Jorge Coelho Piedade Fidalgo, consumidor nº 26927:1002/14001, a solicitar a restituição das importâncias que tem vindo a pagar indevidamente a título de Taxa de Conservação de Esgotos, uma vez que a sua habitação não é servida pela rede pública de esgotos.

Face a esta reclamação, a Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes e de acordo com a informação do respectivo Chefe de Secção proceder à restituição ao consumidor da importância de 154,68 € (Cento e cinquenta e quatro euros e sessenta e oito cêntimos).

3.4 – PROPOSTA DE CONSTITUIÇÃO DE FUNDO DE MANEIO

D.A.G.F./DOC.3

Sob proposta do Sr. Presidente, a Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes e nos termos do artigo 10º do Regulamento de Fundos de Maneio, autorizar a constituição de um Fundo de Maneio, conforme documento em anexo, destinado a ocorrer ao pagamento de pequenas despesas correntes, na importância de 1.000,00 € (Mil euros), que ficará sob a responsabilidade da funcionária Anabela de Sousa Rodrigues.

3.5 – LICENCIAMENTO DE OBRAS PARTICULARES

3.5.1 – LISTAGEM DOS PROJECTOS DEFERIDOS/ INDEFERIDOS

D.S.T./DOC.4

Nos termos do disposto no nº 3 do artigo 65º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, o Sr. Presidente deu conhecimento à Câmara Municipal dos despachos que recaíram sobre os processos de licenciamento de obras particulares e que constam da listagem que se anexa.

3.6 - ASSUNTOS / EXPEDIENTE PARA CONHECIMENTO

3.6.1 - MAPA DE CEDÊNCIA DE TRANSPORTES – CONHECIMENTO

D.A.G.F./DOC.5

Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 65.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, o Sr. Presidente deu conhecimento à Câmara Municipal dos Despachos que recaíram sobre os pedidos de cedência de transportes, no período compreendido entre 22 de Dezembro de 2006 e 4 de Janeiro de 2007, e que constam da listagem que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta.

3.6.2 – ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO PLANALTO BEIRÃO – PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS E ORÇAMENTO DA RECEITA E DA DESPESA PARA O ANO DE 2007

D.A.G.F./ DOC.6

Foi presente pelo Sr. Presidente informação acerca do Plano Plurianual de Investimentos e Orçamento da Receita e da Despesa para o Ano de 2007 da Associação de

Municípios da Planalto Beirão, tendo procedido à sua leitura na íntegra, a qual por ser extensa se dá por inteiramente reproduzida, ficando arquivada em pasta anexa a este livro de actas.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

3.6.3 – ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO PLANALTO BEIRÃO – REUNIÃO DA ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL

D.A.G.F.

O Sr. Presidente deu conhecimento à Câmara Municipal da sua presença na reunião da Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão, que teve lugar no passado dia 26 de Dezembro de 2006, no Auditório do Centro de Tratamento, com a seguinte ordem de trabalhos, tendo prestado alguns esclarecimentos relativamente aos assuntos tratados e abordados na mesma:

1 – Período de antes da ordem do dia:

1.1 – Aprovação da acta da reunião anterior;

1.2 - Outros assuntos de interesse para a Associação.

2 – Período da ordem do dia:

2.1 – Discussão e votação do PPI e do Orçamento da Receita e da Despesa para 2007;

2.2 – Exploração do Sistema/ Central de Valorização Orgânica – discussão e votação do modelo de gestão (Acordo CESP.A).

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Relativamente ao ponto da ordem de trabalhos “2.2 – Exploração do Sistema/ Central de Valorização Orgânica – discussão e votação do modelo de gestão (Acordo CESP.A)” foi presente pelo Sr. Presidente o respectivo modelo de gestão de Exploração do Sistema/Recolha de RSU – Acordo CESP.A, tendo procedido à sua leitura na íntegra, o qual que por ser extenso se dá por inteiramente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de actas (DOC.7).

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Foi igualmente deliberado, por todos os membros presentes, remeter o documento em apreço à Assembleia Municipal para conhecimento.

3.6.4 – CENTRO DE RECREIO E CONVÍVIO DE ALVÔCO DAS VÁRZEAS – PROTOCOLOS

D.A.G.F./DOC.(s) 8 e 9

O Sr. Presidente propôs à Câmara Municipal a aprovação dos Protocolos, que se anexam e que ficam a fazer parte integrante desta acta, a celebrar entre o Município de Oliveira do Hospital e o Centro de Recreio e Convívio de Alvôco das Várzeas, visando a concessão de Apoio para a execução de arranjos exteriores do edifício do Centro de Dia e Lar de Idosos daquela freguesia e bem assim visando a concessão de apoio para a aquisição de uma viatura de 16 lugares, associando neste caso a Junta de Freguesia local.

Depois de devidamente analisados, a Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, aprovar os referidos Protocolos.

3.6.5 – ESTRADAS DE PORTUGAL, E.P.E – PROJECTO E EXECUÇÃO DA OBRA IC6 – TROÇO CATRAIA DOS POÇOS/ VENDA DE GALIZES – INFORMAÇÃO

D.A.G.F./Proc.10

Relativamente ao assunto em epígrafe e na sequência de um pedido de esclarecimento formulado pela Câmara Municipal de Oliveira do Hospital ao Conselho de Administração Estradas de Portugal, E.P.E., foi presente pelo Sr. Presidente o ofício com a referência COLD-DPLP/758/2006 – 2228, de 28 de Dezembro de 2006, remetido pela Direcção de Estradas de Portugal, E.P.E, a informar o seguinte:

“I - O Projecto de Execução em causa ainda não está concluído, e como já foi referido no nosso ofício de 24.11.2006, deverá ser terminado, numa primeira fase, entre Catraia dos Poços e a Variante a Tábua até ao final do corrente ano/ início de 2007.

A programação a adoptar para a restante ligação até Venda de Galizes, que está incluída no estudo estratégico referido naquele ofício, dependerá dos resultados que vierem a ser apurados no decurso do mesmo.

II – Uma vez que o projecto ainda não está concluído e a obra subsequente não se encontrava inscrita no Plano de Investimentos de 2006, naturalmente, ainda não foi possível lançar o concurso público para a adjudicação da sua empreitada.

Refira-se, no entanto, que a programação adoptada para o desenvolvimento deste projecto, permitiu garantir a inscrição da referida obra, pela primeira vez no Plano de Investimentos desta empresa para o exercício de 2007, pelo que o seu concurso será lançado assim que estejam reunidas as condições técnicas e de sustentabilidade financeira para tal.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

3.6.6 – REGIÃO DE TURISMO DA SERRA DA ESTRELA – HOMOLOGAÇÃO DE CANDIDATURA PITER – SERRA DA ESTRELA DINÂMICA

D.A.G.F./Proc.42/14

Foi presente pelo Sr. Presidente o ofício nº 621, de 20 de Dezembro de 2006, remetido pela Região de Turismo da Serra da Estrela, a informar que a candidatura formulada ao PITER – Serra da Estrela Dinâmica, foi aprovada pelo Governo.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

3.6.7 - AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DA CORDINHA – AGRADECIMENTO

D.A.G.F./Proc.28/6

Foi presente pelo Sr. Presidente o ofício nº 1334, de 21 de Dezembro de 2006, remetido pelo Agrupamento de Escolas da Cordinha, a manifestar o seu reconhecimento e agradecimento pelas prendas de Natal ofertadas pela Câmara Municipal de Oliveira do Hospital aos alunos daquele Agrupamento, considerando esta atitude louvável e relevante já que muitas das crianças são carenciadas não tendo, de outra forma, um brinquedo neste Natal.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

3.6.8 – INSTITUTO DA DROGA E DA TOXICODEPENDÊNCIA - PROGRAMA DE INTERVENÇÃO FOCALIZADA (PIF)

D.A.G.F.

O Sr. Presidente deu conhecimento à Câmara Municipal de que a candidatura relativa ao Projecto Rumo Seguro apresentada pela Fundação Aurélio Amaro Diniz ao concurso do PIF – Programa de Intervenção Focalizada, foi admitida.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

4 – ASSUNTOS DOS SENHORES VEREADORES

4.1 - INTERVENÇÃO DO SR. VEREADOR PAULO ROCHA

4.1.1 - REUNIÃO DA ASSEMBLEIA-GERAL DA WRC - AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, S.A.

D.A.G.F.

O Sr. Vereador Paulo Rocha deu conhecimento à Câmara Municipal da sua presença na reunião da Assembleia-Geral da WRC – Agência de Desenvolvimento Regional S.A., que teve lugar no passado dia 15 de Dezembro de 2006, no Auditório da WRC, sito na Quinta dos Cabrais – Cúria, em Tamengos, com a seguinte ordem de trabalhos, tendo prestado alguns esclarecimentos relativamente aos assuntos tratados e abordados na mesma:

1 – Informações;

2 – Aprovação do Plano de Actividades e Orçamento para o ano de 2007;

- 3 – Deliberar sobre o aumento do Capital Social para 1.057.000,00 €.
A Câmara Municipal tomou conhecimento.

4.1.2 - ESPAÇO INTERNET DE OLIVEIRA DO HOSPITAL – ESTATÍSTICA DE UTILIZAÇÃO
D.A.G.F./DOC.10

Sobre o assunto em epígrafe, foi presente pelo Sr. Vereador Paulo Rocha o mapa estatístico, que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta, relativamente ao número de utilizadores registados e utilizações verificadas do Espaço Internet de Oliveira do Hospital, desde a sua abertura ao público em 7 de Outubro de 2003 até 31 de Dezembro de 2006.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

4.2 - INTERVENÇÃO DA SRA. VEREADORA MARIA DE FÁTIMA ANTUNES

4.2.1 – ACTIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR - INFORMAÇÃO

A Sra. Vereadora Maria de Fátima Antunes deu conhecimento à Câmara Municipal que desde o dia 3 de Janeiro de 2007, que as Actividades de Enriquecimento Curricular irão estar a funcionar na íntegra com a entrada em funções dos Professores que ainda não haviam sido colocados durante o 1º Período Lectivo.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

APROVAÇÃO DA ACTA EM MINUTA

De acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, a Câmara Municipal deliberou aprovar a acta em minuta.

CONCLUSÃO DA ACTA

E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Senhor Presidente encerrada a reunião, pelas treze horas e trinta minutos mandando que, por mim, _____, fosse minutada e lavrada a presente acta, que vai ser devidamente assinada pelos Senhores Vereadores que o desejarem.

Presidente

Vereadores

Director do D.A.G.F.

Oliveira do Hospital, 5 de Janeiro de 2007

Documentos anexados ao final desta acta ao abrigo do
Decreto-Lei 334/82, de 19 de Agosto.

A visualização deste documento não invalida a consulta do original

